

-----**ACTA N.º 9/2010**-----

-----Aos 15 dias do mês de Abril de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----António Graça Silva. -----

-----Faltaram a esta reunião os Senhores Vereadores Júlio Manuel dos Santos e Victor Martins Santos.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo de imediato à apreciação da ordem de trabalhos.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS A 2009**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o documento referenciado em epígrafe para análise e apreciação do Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que as percentagens de execução orçamental no ano de 2008 foram de 36,08% na despesa e 35,93% na receita, revelando um ligeiro decréscimo relativamente a 2008 que foram de 39,66% e 39,63%, respectivamente. -----

-----Disse que à imagem do anterior mandato, o Executivo tem dado especial atenção aos projectos financiados pelo QCAIII, com projectos a decorrer, como é o caso da biblioteca municipal, recuperação do interior do castelo de Celorico da Beira e respectiva Torre de Menagem, Requalificações dos bairros de Santa Eufêmea e Sta Luzia, entre outras.----

-----Disse ainda, que a implementação da contabilidade analítica permitiu uma melhoria no controle de obras, bem como a afectação real de custos nos trabalhos da própria entidade, que em 2009 ascenderam a 746.562,30€, conforme consta no saldo da conta 75 da Demonstração de Resultados, com inúmeras obras efectuadas. -----

-----Quanto à situação financeira do Município disse que continua muito débil e apesar dos esforços do Executivo, nem sempre se consegue conter a despesa, da forma desejada. Mesmo assim e num cenário de restrições financeiras, o Município tem vindo a executar um volume significativo de obras estruturantes para o Concelho. -----

-----Disse que no final de 2009 a dívida a terceiros apresenta um aumento, que se fica a dever, essencialmente à facturação das obras comparticipadas do Município, com um acréscimo de cerca de 1.400.000€, em relação a 2008. -----

-----Disse que o Município de Celorico da Beira encontra-se em desequilíbrio económico e financeiro, sendo esta situação originada pela pesada herança acumulada até 2005, apesar disso o Executivo tem tentado cumprir as obrigações assumidas com dívidas a terceiros, nomeadamente, instituições bancárias e planos de pagamentos a fornecedores. -----

-----Salientou ainda o facto de em 2009 o Município continuar a sofrer retenções de fundos estatais, referentes a processos judiciais do passado, bem como o contencioso que existe com a firma “Águas do Zêzere e Côa”, relativamente à facturação de água, situação que foi provisionada no montante de 407.426,02€ e que contribuiu para um resultado líquido negativo de 2009. -----

-----Referiu ainda que a EMCEL apesar de ter uma grande dependência financeira do Município, obteve um resultado operacional positivo de 95.906,11€ e um resultado líquido positivo de 17.399,76€ -----

-----Quanto às despesas com pessoal, estas foram também agravadas, onde estão incluídas as reclassificações do pessoal do quadro no montante de 70.755,52€, bem como o aumento salarial de 2009, que foi de 2,9% e teve um impacto de 85.036,19€. Efectuaram-se também promoções de recursos humanos, que estavam estagnados nas suas carreiras há largos anos, dando assim as mesmas oportunidades a todos de progredirem.-----

-----Houve também um forte empenho da autarquia, em ministrar aos seus recursos humanos, formação profissional.-----

-----Disse ainda que estas despesas foram também potenciadas pelo facto de terem sido criadas novas infra-estruturas no concelho que obrigaram a respectiva contratação de pessoal qualificado, para o seu correcto e optimizado funcionamento.-----

-----Na área da educação tiveram que contratualizar pessoal, designadamente auxiliares de acção educativa, Professores das AEC's, que também se reflecte nesta conta. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** no uso da palavra começou por dizer que, 2009 reflecte uma situação difícil em termos financeiros, dado que existe um histórico na autarquia acumulado, que tem vindo humildemente a fazer face. Em 2009, esta recuperação não foi tão acentuada dado que houve excesso de obras financiadas, que embora se tenham iniciado, em grande parte em 2008, efectivou-se em uma taxa de realização física extremamente elevada, isto obriga que a autarquia acompanhasse os autos de realização de obra o que não permitiu nesta medida fazer face a uma recuperação do endividamento conforme se esperava. As obras a que se referiu são as que são financiadas pelo INTERREG, bem como acções de animação cultural e turística, que se caracterizam por, factura passada, fluxo de saída correspondente do

município, sendo o pedido de reembolso efectuado apenas quando esta última se realizar, infelizmente a recuperação da taxa financiada é efectuada tardiamente e em exercícios subsequentes. Embora esta realidade seja transparente na Contabilidade, cria graves constrangimentos de Tesouraria. Disse que existe também uma elevada taxa de execução física nas obras de Santa Eufêmea, Santa Luzia e Biblioteca Municipal, com um total superior a 2 milhões de euros, o que contribuiu de igual forma para as dificuldades de tesouraria. A prova deste facto poderá ser verificada nas actas de Assembleia de 2009 e acta do Executivo em datas aproximadamente do 3.º trimestre, em que foi reflectido a necessidade de candidatura ao PREDE, muito embora este tenha sido aprovado em 2009 apenas se reflectiu financeiramente e contabilisticamente em Abril de 2010. Este facto embora facilitador de Tesouraria não tem acção retroactiva na relevância contabilística. -----

-----A conta 75 “Trabalhos para a Própria Entidade”, reflecte de igual forma um peso de tesouraria, contribuindo para um acentuar da dívida. As obras efectuadas e realizadas conforme páginas de 2 a 5 do relatório de gestão, tem exposto de uma forma minuciosa a realização das mesmas, organizadas por freguesia. É importante expor neste formato porque estas mesmas obras na grande maioria tiveram intervenção e participação da Junta de Freguesia. -----

-----Continuou dizendo que embora a autarquia apresente uma valorização dos seus activos de 746.562,30€, são investimentos que esta autarquia realizou no território das suas freguesias, obras que consideram importantes e estruturantes para o desenvolvimento da freguesia. Substanciaram-se estas mesmas obras em infra-estruturas num claro melhoramento de ruas e estradas, com a colocação de betuminoso e calçada, houve freguesias que foram completamente intervencionadas, caso exemplo, da freguesia do Maçal do Chão. -----

-----Disse que houve exemplos de intervenção não só apenas nos seus arruamentos como em recuperação de edifícios que representam a sua

identidade e cultura, casos exemplos, recuperação de fornos comunitários, igrejas, capelas, pelourinhos, espaços “de rossio”, mercado de gado, citando como exemplo, Maçal do Chão, Carrapichana, Velosa, Açores, com uma intervenção considerável nos espaços verdes, com instalação de rega, bem como um sistema inovador de fornecimento de água potável, na própria freguesia, com um aumento automatizado da pressão, nas habitações dos seus munícipes aproximadamente 2 a 3 quilos de pressão. Tudo isto teve como base um melhoramento das condições existentes na freguesia de Açores, bem como o consumo elástico, provocado pela visita dos seus emigrantes. -----

-----Relativamente à freguesia de Prados referiu o alargamento e exemplar investimento efectuado pela Junta de Freguesia no largo, tendo sido de igual forma participado pela atribuição de subsídio.-----

-----No que concerne a Linhares da Beira disse que foi de igual forma intervencionada no projecto inovador do castelo, bem como o alargamento de ruas, colocação de calçadas e organização de águas pluviais. -----

-----Deu como exemplo de obras em fornos comunitários as freguesias de Salgueirais, Lageosa do Mondego, Cadafaz e Açores. A este propósito a freguesia de Cadafaz foi um claro exemplo de intervenção de uma Junta activa, colaboradora e cooperante financeiramente, tendo sido co-financiados arruamentos, requalificação de largos, fornos comunitários e exploração de água, de forma que a freguesia tenha um abastecimento automático e natural. Note-se que esta obra foi feita em colaboração com a comissão que gere o regadio da freguesia.-----

-----Disse que o prolongamento de saneamento e redes de água foi efectuado na grande maioria das freguesias. -----

-----Intervenções de embelezamento e tratamento de rede de saneamento foram realizados, bem como todos os investimentos considerados necessários e de classificação “SOS”, a salientar a instalação da ETAR de Vide-Entre-Vinhas, Cortegada e Quintãs de Baixo. Salientou ainda que por oportunidade de negócio foi adquirido material, encontrando-

se inscrito na rubrica 62 Fornecimento Serviços Externos, em stock para a realização de obras, consideradas igualmente estruturantes, a este exemplo cita Celorico Gare com a realização da ampliação do cemitério, bem como a execução de obras de arruamento e águas pluviais com uma extensão aproximadamente de 800 metros na entrada de Celorico da Beira que é considerada a entrada nobre de quem sai e entra no Interior Norte. A este propósito no exercício de 2010 existirá uma reclassificação patrimonial. Disse que o património do Município de Celorico da Beira reflecte um aumento em imobilizado corpóreo e bens de domínio público na ordem de 1,4 milhões de euros, isto só por si, reflecte em primeiro lugar, a atenção do Executivo num claro investimento em despesas de capital consideradas estruturantes, traduzindo após a sua conclusão em imobilizado em curso, cerca de meio milhão de euros de possibilidade de realização financeira pela alienação de lotes para construção, citando, o lote junto ao mercado municipal, bem como os lotes no Bairro das Ingotas. Esta reflexão que se prestou no investimento da Junta da Freguesia não será por justificar o aumento registado em fornecedores, mas será essencialmente para provar a multiplicidade de investimentos que o Executivo efectuou, tendo implicitamente um aumento agressivo e acentuado da qualidade de vida dos munícipes do nosso concelho, contrariando a “humildade depreciativa” que se viveu nos últimos anos.-----

-----A taxa de execução orçamental teve efectivamente um ligeiro decréscimo de realização, que já tinha sido vista aquando da aprovação do orçamento, representando esta taxa a herança do passado e as acções judiciais que têm vindo a massacrar o Município de Celorico da Beira, por erros do passado.-----

-----Em matéria de despesa com o Pessoal, disse que, esta rubrica apresenta um aumento de 469.232,96€ e este aumento justifica-se pela recuperação da promoção de carreiras dos colaboradores da autarquia e de igual forma a existência de algumas reclassificações, que traduzem um aumento de 70.755,52€, bem como o aumento salarial em cerca de

85.036,19€ e também pela contratação de novos colaboradores posicionados em algumas áreas que se justificam pela amplitude de acção do turismo. A salientar, 3 colaboradores no Castelo de Linhares da Beira, 2 para a manutenção limpeza de arruamentos, jardins e algumas obras de manutenção, 1 colaborador no Museu Escola de Salgueirais, 1 na casa do Mundo Rural de Prados, 1 nos Moinhos da Rapa, 1 no Castelo de Celorico da Beira e 3 no Departamento de Acção de Turismo. Esta função incrementou 10 funcionários no sector, sendo visível a diferenciação do 2.º semestre de 2009 e no decorrer de 2010, pelo enriquecimento da oferta de eventos, culturais e turismo, bem como um aumento acentuado de visitantes no Concelho de Celorico da Beira, com uma média mensal de 700 visitantes com tendência a aumentar. -----

-----Disse que o Executivo está a equacionar cobrar um valor simbólico de entrada nos castelos, para auxiliar nas despesas de manutenção destes espaços.-----

-----Referiu que a função turismo é uma função motora para o desenvolvimento do Concelho e consideraram a necessidade de reequacionar a afectação de pessoal em alguns locais a aumentar e, noutros a diminuir.-----

-----Espaços internet e portal do Município justificaram a contratualização de mais 4 colaboradores. Todo o investimento citado anteriormente em arruamentos, na sua requalificação e manutenção, bem visível por todos justificou a contratualização de cerca de 28 colaboradores. -----

-----Referiu ainda que a função escolar em 2009 teve um aumento significativo, não só pela responsabilidade financeira que representa, bem como pela transferência de recursos efectivos do parque escolar para os quadros da autarquia, representando cerca de 80 funcionários. Esta transferência efectivou despesa no último quadrimestre de 2009 com a rubrica de auxiliares de acção educativa. -----

-----O Executivo tem consciência clara que a rubrica de pessoal representa um peso muito considerável sobre a qual tem que haver uma

grande disciplina de gestão. Disse que a taxa de desemprego no concelho de Celorico da Beira é uma realidade tal como no país, no mês de Março de 2010, era de 3,5%, o que denota que é um concelho com um pequeno desemprego e que a autarquia está empenhada na dinamização da economia local, bem como na presença de investidores no nosso concelho, permitindo uma reposição da massa activa do nosso concelho em outras actividades.-----

-----Salientou que as candidaturas dos parques empresariais foram efectivadas, esperando-se um arranque efectivo de obra ainda em 2010, isto pressupondo uma realização de candidatura, conforme apresentada pelo Município.-----

-----Disse ainda que esta reflexão tem intrinsecamente associada a responsabilidade que o Executivo teve em incrementar a função social, contribuindo para a estabilidade das famílias e sua manutenção no concelho. Referiu que têm consciência que estas medidas implicaram um aumento de custos para o município mas também representaram a estabilidade da economia local, pelas compras dos mesmos munícipes, que tem ainda associado o grande e exemplar investimento junto das famílias mais carenciadas no concelho, nomeadamente nas habitações e conforto das famílias mais necessitadas, tendo sido intervencionadas mais de 30 habitações, colocando-se telhados, divisões de casa de banho e conforto mobiliário, atribuído às famílias. Referiu ainda que algumas destas intervenções tiveram cooperação institucional, nomeadamente da Fundação EDP. Todas estas intervenções foram realizadas por colaboradores do Município e que sem a sua contratualização, não seria possível. Esta intervenção foi classificada na conta 62 Fornecimento Serviços Externos e na conta 64 Despesas com Pessoal, traduzindo toda essa intervenção por Administração Directa, o que contrariamente e em opção só seria possível intervencionar por ajustes directos e prestação de serviços efectuados por empreiteiros, o que traduziria claramente um aumento agressivo do investimento.-----

-----Quanto ao passivo, salientou um decréscimo na dívida de médio e longo prazo na ordem de 1 milhão de euros, traduzindo uma clara resposta à responsabilidade assumida por este Executivo. No entanto, as dívidas de curto prazo não tiveram o mesmo comportamento, tendo tido um aumento de 1,9 milhões de euros. Este aumento encontra-se reflectido na conta 26, bem como na conta 22, a conta 22 reflectindo as obras mencionadas e justificadas nos trabalhos para a própria empresa que traduziram um aumento da valorização do activo referido anteriormente, em 746.000€, sendo este proveito, mas a nível de formação de 257.000€, o que contribui, como aliás à frente se verá, na Demonstração de Resultados, na ordem de 130.000€ -----

-----Disse que consideram que o aumento das dívidas registadas em 1,3 milhões de euros em “Outros Credores” reflecte claramente o que inicialmente foi exposto com a elevada taxa de execução física das obras, co-financiadas, nomeadamente a biblioteca municipal, as requalificações de Santa Luzia e Santa Eufêmea, bem como todo o investimento efectuado no INTERREG e habitação social. A não entrada em tesouraria de valores co-financiados penaliza fortemente o agravamento da dívida. -----

-----Quanto à Demonstração de Resultados, pese embora tenha havido um agravamento da dívida, realizou-se mais obra, mais valorização patrimonial, com uma variação para o aumento na ordem de meio milhão de euros, posicionado na conta 62, mas com reflexo directo nos trabalhos para a própria entidade, que aumentou 80.000€, em relação a 2008. Queremos também dizer que a autarquia procurou realizar receituário tendo tido um aumento na ordem dos 300 mil euros em relação a 2008. -----

-----Em sumário a Demonstração de Resultados, em 2008 tinha Resultados Operacionais positivos, evidenciando assim a capacidade económica, capacidade de aproveitamento de recursos e uma adequada aplicação de receitas. Os Resultados Financeiros apresentam uma diminuição de 300 mil euros em relação a 2008, reflectindo as condições

financeiras de mercado, bem como, o pagamento de responsabilidades financeiras junto das instituições.-----

-----Disse ainda, que o Resultado Líquido do Exercício apesar de apresentar um resultado negativo, é claramente afectado pela constituição das provisões para riscos e encargos. Importa dizer que isto reflecte a total transparência do Executivo, não existindo qualquer habilidade de cortina. Esta provisão constitui garantia à dívida das AdZC, e não ter sido constituída, representaria um claro resultado líquido histórico. No entanto, disse que a importância desta, traduz claramente a necessidade de um maior empenho do Executivo numa melhoria “SOS” na contenção dos custos, nomeadamente em despesas com pessoal e obras, tendo neste momento (2010) a obrigação de reflectir a expressão dessa recuperação.---

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos de prestação de contas, referentes ao ano financeiro de 2009.**-----

-----**Mais deliberou, submeter a referida proposta à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o estipulado na alínea d), n.º 2, do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, na sua actual redacção.**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS - EMPRÉSTIMO DE 1 050 072,00€- HABITAÇÃO SOCIAL**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Contabilidade e Património, datada de 09/04/2010, informando que no seguimento do procedimento para a contratação de um empréstimo para aquisição de habitação social no valor de 1.050.072,00€, que o Executivo adjudicou à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, é necessário que o Executivo aprove as cláusulas contratuais e que a Assembleia também aprove a contratação do referido empréstimo. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as cláusulas contratuais referentes ao empréstimo para aquisição de habitação**

social, adjudicado à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, no valor de 1.050.072,00€-----

-----Mais deliberou, submeter a referida proposta à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o estipulado na alínea d), n.º 2, do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, na sua actual redacção.-----

-----**ASSUNTO: 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S – 2010**-----

-----Submete-se ao Executivo para aprovação a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2010.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar os documentos supramencionados e submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal conforme estipulado na alínea c), n.º 2, do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na sua actual redacção.-----

-----**II – EMCEL**-----

-----**ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2009**-----

-----Dando cumprimento ao estipulado na alínea c), do artigo 27.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e da alínea d), do artigo 19.º, dos Estatutos da Empresa Municipal Celoricense, foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara para discussão e posterior aprovação, o documento referenciado em epígrafe. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o relatório de gestão é suficientemente expressivo da realidade da EMCEL. Em 2009 continuou a exigir uma elevada comparticipação de capital da Câmara Municipal. A empresa tem duas unidades económicas que são o Solar do Queijo e o Lagar Municipal, que apresenta um resultado positivo, mas relativamente ao Solar do Queijo diz que esta unidade tem a obrigação de dar melhores resultados e não tem vindo a cumprir essa missão, que começa logo pelo fraco empenho comercial dos colaboradores que

trabalham nessa unidade. Disse que infelizmente a EMCEL ainda tem recursos humanos, que regra geral, não estão interessados na sua missão, tendo levado à sua deslocalização e sendo a empresa fortemente penalizada nesta unidade.-----

-----Disse que os resultados operacionais são mais elevados em relação a 2008, só são positivos porque a autarquia teve que dar cumprimento ao estipulado no art. 31.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29/12, traduzindo isto que a EMCEL, em 2009 corria o risco de aprovar um resultado operacional negativo, o que obriga à reposição por parte da autarquia, esta situação associada ao pagamento de indemnizações a trabalhadores, bem como um elevado decréscimo do volume de vendas do Solar do Queijo, a EMCEL continua a ter uma função social demasiado pesada para a rentabilidade que representa na sua função económica.-----

-----Disse que a gestão das contas é feita ao milímetro. Disse que houve investimentos feitos nas piscinas municipais que a autarquia assumiu, mas que posteriormente tiveram que ser transferidos para as contas da EMCEL.

-----Disse que a EMCEL apresenta um Resultado Líquido de 17 mil euros, mas que são o reflexo da transferência da autarquia. Frisou a necessidade de se criarem novas oportunidades de negócio e do empenhamento dos seus colaboradores para que a EMCEL reverta a situação e deixe de ser tão dependente da autarquia.-----

-----**Após análise dos documentos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório de Gestão e Contas da EMCEL, relativos a 2009 e remeter os mesmos, para conhecimento, à Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na alínea c), n.º 1, do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.**-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram doze horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

